

DECOLONIZAR AS AÇÕES AFIRMATIVAS: DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

DECOLONIZING AFFIRMATIVE ACTION:
CHALLENGES TO THE DEMOCRATIZATION OF PUBLIC HIGHER EDUCATION

DESCOLONIZAR LA DISCRIMINACIÓN POSITIVA:
RETOS PARA LA DEMOCRATIZACIÓN DE LA ENSEÑANZA SUPERIOR PÚBLICA

Ricardo Dias de Castro¹

¹Univeersidade Federal de Minas Gerais

MAYORGA, Claudia. (Org.). *Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Editora UFMG, 2010.

Antes da federalização das cotas, em 2012, pelo Superior Tribunal Federal (STF), uma série de estratégias afirmativas eram utilizadas no âmbito universitário tendo em vista o processo de democratização do ensino superior público. A entrada de governos de centro-esquerda, a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, representada por uma coalização protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi construída em diálogo com vários movimentos populares e pesquisadores/docentes das instituições de ensino superior, sobretudo, as públicas.

As relações construídas entre atores sociais tão, historicamente, desiguais culminou no desejo de uma maior conexão entre a universidade pública e a comunidade civil, fazendo emergir o Programa de Extensão Conexões de Saberes (MEC/SECAD). Esse Programa nacional foi fundado e executado a partir de uma perspectiva extensionista dialógica que garantisse o lugar da universidade junto às comunidades, mas que, também, possibilitasse à universidade se inspirar nas experiências, saberes e fazeres populares que ainda pouco habitavam o espaço institucional do ensino superior público. De modo que fosse possível, então, aos jovens universitários egressos de escola pública, de origem popular e favelados, a fortificação de suas trajetórias acadêmicas – e, conseqüentemente, políticas - por meio de uma inserção qualificada no tripé ensino, pesquisa, extensão.

Todo esse aparato foi possível por meio de um financiamento público através de bolsas de extensão e iniciação científica, auxílios, formações transdisciplinares, palestras, congressos, debates, semanas acadêmicas e investimentos para atividades de intervenção e publicação. O objetivo principal do Programa era a realização de análises robustas acerca da estrutura universitária tendo em vista as demandas e as contribuições dos estudantes de origem popular e de suas comunidades de origem. A partir dessas análises, então, os membros do projeto seriam convocados a propor medidas de acesso e permanência universitária de qualidade em diálogo com a comunidade acadêmica e a sociedade civil como um todo.

Nesse sentido, o Programa Conexões de Saberes foi capaz de estimular a produção de um conhecimento implicado com a transformação da sociedade e da própria universidade. Tendo como seu maior horizonte um compromisso com a democratização do ensino superior público em todas as suas esferas de atuação. Desde o plano piloto, em 2004, o Programa foi sendo abarcado por várias universidades e o número de bolsistas, também, foi aumentando. O que marcou um período de protagonismo de jovens periféricos não mais como objetos do estudo das ciências humanas, mas como sujeitos coautores de teorias, conceitos e metodologias fundamentais para o avanço do conhecimento científico e da própria sociedade.

Em 2012, o Programa Conexões de Saberes foi extinto e foi feita a sua transição para o PET-Conexões (Programa de Educação Tutorial). No entanto, em diversas localidades, o Programa foi se transformando em outras institucionalidades e práticas que perduraram ainda que o seu formato de financiamento nacional tivesse acabado. Na Universidade Federal de Minas Gerais, por exemplo, em 2012, foi fundado o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, FAFICH/UFMG), coordenado pela professora Doutora Claudia Mayorga, responsável pela organização do livro que nos traz a essa resenha: "Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre a democratização da universidade" de 2010. O livro foi construído a partir de uma diversidade de autores e autoras: docentes da UFMG e de outras instituições, alunos de mestrado e doutorado da Pós-Graduação que atuavam como coordenadores das atividades previstas pelo Programa, bem como os vários bolsistas de inúmeros cursos da graduação que compunham a equipe *Conexista* àquela época.

Diante desse contexto, é um desafio apresentar uma resenha sobre uma obra de 2010 que fundamenta e cria reflexões e práticas ainda tão atuais para as Ações Afirmativas. Nesse meio tempo, inúmeros movimentos, avanços e retrocessos foram possíveis e um caminho incerto e arenoso, mas repleto de debates e reconhecimentos tornou o tema das Ações Afirmativas uma necessidade central para se falar de universidade e sociedade brasileira. E, conforme previsto em lei, o ano de 2022, é um ano de reavaliação dessa política pública no sentido de fortificá-la e torná-la mais potente em seu propósito de *deselitizar* uma das maiores instituições republicanas brasileiras. O que torna o retorno a esse livro uma estratégia de elaboração e encaminhamentos para as demandas atuais, portanto.

Há algo, também, que é preciso deixar em evidência em relação a autonomia na construção do Programa na UFMG. Seus gestores locais – quando o programa se encontrava na Faculdade de Educação (FAE), sob a coordenação de Nilma Lino Gomes e Juarez Dayrel, vinculado ao programa Ações Afirmativas e ao Observatório da Juventude e, em seguida, na FAFICH, sob coordenação de Claudia Mayorga – sempre ousaram bancar a centralidade do critério étnico-racial na formatação e execução de suas atividades. Isto é, tomando a raça como marcador sem o qual é impossível falar sobre democratização no Brasil, a autodeclaração racial dos jovens populares era levada em consideração para a seleção dos bolsistas e para o debate das conexões entre os distintos saberes produzidos no mundo. *Deselitizar*, nesse sentido,

inevitavelmente, levou o Programa na UFMG a uma posição antirracista, amplamente, sustentada em toda a obra em questão.

Foi nessa direção que, embebendo-se nas teorias, lutas e epistemologias feministas negras, latino-americanas e decoloniais, o livro foi capaz de trazer um debate interseccional sobre o lócus fraturado (LUGONES, 2014) da posição subalterna no âmbito da relação entre a universidade e a sociedade. Certas de que a opressão colonial-racista-patriarcal-capitalista é incisiva e presente, é importante que compreendamos como que, a partir do lugar subalternizado - aqui, o/a jovem preto/preta e periférico/periférica - é possível resistir ao sistema de poder que permanece produzindo genocídios/epistemicídios que impedem que experiências e saberes não eurocêntricos possam entrar na disputa pelo sentido do mundo a partir da universidade (GROSFOGUEL, 2016). Dessa forma, ao mesmo tempo em que devemos compreender a estrutura das desigualdades, precisamos analisar e produzir processos de resistência e combate a elas. O que só pode ser feito enfrentando as lógicas de assunção, repostas, resistências e acomodações em relação aos processos de invasão, expropriação, desumanização e epistemicídio do poder colonial à ciência e aos saberes como um todo.

É essa discussão mais ampla que identificamos no "Prefácio" de Fúlvia Rosemberg. Esse texto é escrito em um formato de apresentação crítica, em que os capítulos da obra são resenhados por Rosemberg ao mesmo tempo em que ela apresenta, ao final, o que entende como lacunas que poderiam avançar a partir das inúmeras contribuições dos ensaios.

Em "Introdução - Universidade Pública no Brasil: Entre Privilégios e Direitos" de autoria de Claudia Mayorga, Fabíola Cristina Santos Costa e Tatiana Lúcio Cardoso, somos apresentados a uma narrativa histórica do ensino superior e da universidade pública brasileira a partir de recortes que apontam para sua fundação alicerçada em um projeto moderno/colonial racista, classista, branco e eurocentrado. Partindo do pressuposto que o ensino superior público é um analisador dos conflitos, das contradições, das desigualdades, mas também, das potências interpeladoras da sociedade, as autoras colocam, no centro do debate das ações afirmativas, a própria universidade como objeto de análise e intervenção. E, dessa forma, analisam a universidade em seu projeto colonial, bem como apresentam, ao final, os eixos de trabalho do Programa Conexões que tensionaram esse projeto único de universidade ocidentalizada. Seriam eles: diálogo da universidade consigo mesmo (autocrítica), diálogo com movimentos e grupos sociais (interseccionalidade) e, por fim, diálogo da universidade com a escola pública e com as comunidades populares (Programa Escola Aberta¹).

Em seguida, "Democracia, Instituições e Articulação de Categorias Sociais" de autoria de Claudia Mayorga e Marco Aurélio Máximo Prado, empreende uma análise do histórico classista que sustenta a maioria das teorias sociais emancipatórias da sociedade. Certas de que a democratização da universidade exige a reflexão em torno da classe e, portanto, da pobreza; é

¹ O Programa Escola Aberta era um incentivo e apoio à abertura integral, aos finais de semana, das escolas públicas, sobretudo, de regiões mais vulnerabilizadas pela desigualdade. O objetivo era potencializar a parceria entre escola e a comunidade por meio de uma ocupação cidadã do espaço de ensino básico. O que seria feito por meio de atividades educativas, culturais e esportivas, por exemplo.

preciso que avancemos nessa discussão para além de uma visão economicista da desigualdade social brasileira. Os autores, então, convocam outros marcadores sociais – como raça, gênero e orientação sexual - que, também, colocam limites ao projeto universal de sujeito, conhecimento e ciência sustentados pela modernidade. Toda essa problematização tem como objetivo sustentar um projeto de democratização da universidade que leve em consideração várias condições de desigualdade interseccionadas, bem como inúmeras estratégias de resistência que visibilize a emergência de atores e atrizes sociais implicados com a construção de um mundo epistêmico e político diverso.

“Mapa do Invisível: Hierarquias Sociais e Universidade” de autoria de Robson Nascimento da Cruz, Joana Ziller, Julião Gonçalves Amaral, Symaira Poliana Nonato e Patrícia Rodrigues de Oliveira Tavares, apresenta um conjunto de análises que foram construídas em cima de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a UFMG, realizadas pelos bolsistas do Programa, para evidenciar a reprodução de lógicas de invisibilidade e produção de ausências de algumas experiências sociais nos distintos espaços da instituição. Essas análises culminaram na produção do “Mapa do Invisível”: um mapa que teve como objetivo explicitar a exclusão social na UFMG e que se encontra apresentado ao final do livro. Aqui, por exemplo, podemos observar como os prestígios sócio salariais dos cursos se relacionam, diretamente, aos corpos que ocupam esses espaços. Enquanto homens, brancos, de classe média se encontram, majoritariamente, em cursos mais prestigiados como Direito, Medicina e Engenharias; as mulheres, por sua vez, sobretudo, as negras e de origem popular se encontram nos cursos de licenciatura noturnos, Pedagogia, Letras e Biblioteconomia.

Em “Universidade e Sociedade em Movimentos: Perdidos e Achados na Tradução de Saberes” de autoria de Manuela de Sousa Magalhães, Daniel Antonio Gomes Cruz, Suellen Guimarães Alves e Thalita Rodrigues, somos apresentados a um debate sobre as contradições de se conectar saberes, historicamente, alocados em lugares valorativos desiguais. O argumento principal desse texto toma o conflito epistêmico-político como a única possibilidade de se fazer das diferenças/desigualdades históricas um ponto de partida para o enfrentamento real às injustiças sociais. Nesse sentido, reconhece-se, aqui, que ainda que em locais sociais distintos, o saber da ciência e o saber popular e dos movimentos sociais não são completos em si mesmos. Dessa forma, realizar uma crítica radical ao racionalismo científico moderno não pode, jamais, servir para uma essencialização do local de fala subalterno/militante. Um programa de extensão com caráter de ação afirmativa é, nessa direção, ao mesmo tempo, local acadêmico e movimento social. E é justamente essa fronteira que possibilita uma nova forma de organizar o mundo epistêmico-político sem que se privilegie um conhecimento em detrimento do outro a partir de uma lógica maniqueísta. É preciso suspeitar de toda lógica que se pretenda universal, ainda quando ela venha com uma roupagem progressista. A (auto)crítica, nesse contexto, precisa ser um movimento constante daqueles que se empreendem pelo projeto plural e democrático. As conexões de saberes, por fim, são tão mais potentes quanto mais assumirem a política como movimento e renegociação interminável entre pensamentos, estratégias e horizontes éticos.

Em "Dialogando Saberes: Universidade Pública e Comunidade" de autoria de Camila de Sousa Menezes, Elisimara Inácio da Silva, Liliâne Conceição Rosa da Silva, Levi Rosa Campos, Paula Aline da Cruz, Sílvia Adriana Silva e Tiago Furtado Carneiro, somos convidados a acompanhar as atividades construídas nas práticas de um dos eixos do Programa Conexões na UFMG: a Escola Aberta. O texto descreve o processo de seleção dos bolsistas, a formação ético-teórica-prática interventiva junto às comunidades escolares, as supervisões que promoveram autocríticas às ações no campo de trabalho e, por fim, a avaliação do projeto realizado. Ao final, conseguimos testemunhar que o trabalho dialógico entre universidade e comunidade é um caminho incerto, mas aberto a uma possibilidade criativa que garante a valorização da experiência popular e as potências do conhecimento científico num processo contínuo de transformação da realidade a horizontes mais dialógicos e democráticos.

Em "O problema que não tem nome: Sobre Metodologias para Estudo das Desigualdades" de autoria de Claudia Mayorga, Joana Ziller, Manuela de Sousa Magalhães e Sílvia Adriana Silva, há um exercício de se complexificar o campo de visão e intervenção das ciências sociais e humanas no âmbito das experiências, historicamente, desiguais. Se por um lado, os estudos focam, prioritariamente, nas consequências dos sistemas de poder colonial, racista, sexista e heteronormativo; as autoras consideram que avaliamos muito pouco o processo genealógico de constituição da violência moderna/colonial. Esse ensaio, portanto, intenciona explicitar um desafio: a produção de categorias epistêmicas, conceituais, teóricas e metodológicas para enfrentar problemas da desigualdade social que são, comumente, invisibilizados e que se encontram fora de um registro semântico compartilhado pelos consensos da ciência moderna e da própria sociedade civil. Como seria possível ver, analisar e intervir sobre problemas neutralizados, rechaçados e invisibilizados? O texto, nesse sentido, descreve e analisa escolhas de pesquisa-intervenção que promoveram desnaturalizações da universidade, da sociedade e dos campos de trabalho numa recusa de um como fazer prescritivo. Muito pelo contrário, somos levados a entender que a metodologia de uma pesquisa, que se implica com processos emancipadores e libertários, deve recusar todo dogma como ponto de partida e se permitir (re)construir em um processo de produção de conhecimento horizontal entre diversas vozes sociais.

Em "Hierarquias e Preconceitos na Universidade Pública: Interpelações e Enfrentamentos Possíveis" de autoria de Roberto Alves Reis, Manuela de Sousa Magalhães, Elizângela Ribeiro de Azevedo e Igor Ramon Lopes Monteiro, a universidade é apresentada como instituição social, radicalmente, atravessada pelos sistemas de poder da sociedade e, por isso mesmo, abarrotada de hierarquias sociais que produzem violências dentro de seus muros. Esse ensaio, por sua vez, reconhece esse problema como central e analisa as várias estratégias de enfrentamento às hierarquias, bem como a politização das desigualdades da universidade. O diferencial, aqui, é que isso é feito, sobretudo, a partir do debate do gênero e da sexualidade que os bolsistas do Conexões realizaram junto ao Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS!): coletivo militante universitário que pautava o debate e intervenções no âmbito da universidade e da sociedade acerca das várias possibilidades de se experimentar o sexo, o gênero e o desejo. O texto

aponta para a politização de experiências privadas, a construção de bandeiras de reivindicação de direitos a partir da coletivização de experiências, os consensos e os conflitos que alimentam a fronteira política do Nós X Eles, a lógica psicossocial do preconceito, entre outros assuntos. Aqui, vale destacar a ação firme e transformadora do GUDDS!, no ano de 2009, que ao receber uma denúncia de homofobia sofrida por um estudante da moradia universitária, transformou esse problema em uma questão para a comunidade acadêmica. Por meio de várias manifestações e eventos, esse coletivo universitário foi capaz de mobilizar um debate, para além dos muros da universidade, sobre o *trote homofóbico* e as demais violências LGBTQIA+fóbicas no campus.

Em "Ação Afirmativa na Universidade: Quando Ruídos se Tornam Vozes" de autoria de Claudia Mayorga e Luciana Maria de Souza, o foco do ensaio é nas problematizações e ações que devem envolver a permanência de estudantes de origem popular, periféricos, de escola pública e negros na universidade. Por um tempo, os debates sobre Ação Afirmativa focaram no acesso dessas populações ao ensino superior; mas fato é que, uma vez dentro desses espaços, novos desafios são reconfigurados e é preciso que a universidade seja chamada a colaborar nesse processo de democratização que não se finaliza com a garantia de vagas a esses estudantes. O texto apresenta os infortúnios do mito da democracia racial e o seu lado mais obscuro: o de que pós-abolição da escravidão, qualquer cidadão brasileiro, por mérito e esforço próprio, poderia alcançar o local que desejar. Nessa direção, as autoras visibilizam os percalços educacionais, econômicos, familiares e culturais das experiências populares e negras antes do ingresso na universidade. Bem como apresentam, em seguida, o choque cultural entre mundos, historicamente, tão distintos quando levamos em consideração a semântica da experiência negra e popular comparada às rotinas administrativo-pedagógicas-linguísticas de uma universidade pública elitizada. Nesse sentido, para além de uma visão economicista da permanência de estudantes de origem popular e pretos na universidade por meio de bolsas – o que é primordial – é preciso algo a mais. É necessário alterar a própria universidade e reconhecer que democratizá-la atravessa epistemes e práticas que não se reduzem à carência econômica. Como possibilidades, as autoras sugerem: sensibilização ao tema afirmativo dentro da universidade, construção de ouvidorias para diálogo institucional entre a universidade e estudantes afirmativos, apoio à formação acadêmica por meio de cursos de leitura e escrita acadêmica, informática e idiomas e etc..., moradia, alimentação e valorização de seus saberes e práticas como mais uma forma de produzir sentido sobre o mundo. Uma política afirmativa deve evitar, assim, o caráter assistencialista e adaptativo desses jovens à universidade. A Ação Afirmativa não pode servir como dispositivo total, construído de cima para baixo, que pense o sujeito afirmativo como objeto de uma norma. É preciso, pelo contrário, garantir que a política seja construída de forma descentralizada, levando-se em consideração os estudantes afirmativos como atores sociais e proponentes.

Por fim, em "A Extensão como Forma de Conectar Saberes" de autoria de Joana Ziller, Brécia Nonato, Mirlene Navais e Thiago Robson, podemos percorrer uma apresentação histórica em torno dos modelos estadunidenses e europeu de extensão universitária. Desde uma ideia extensionista atrelada a uma prestação de serviço à comunidade norte-americana, atravessando

a implicação sócio-política europeia do conhecimento técnico-científico com vistas a transformação social; a extensão tem construído várias faces. Voltando-se ao Brasil, o texto apresenta como que esses dois modelos atravessaram a construção da política nacional de extensão em nosso território. Ao mesmo tempo, somos levados a perceber o desenvolvimento de saberes e práticas extensionistas que foram construídos, em contexto latino-brasileiro, com uma preocupação radical com as demandas e propostas populares que tensionam o projeto extensionista voltados, única e exclusivamente, para as exigências de mercado da iniciativa privada. Ademais, os autores concluem pela defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo que a extensão não seja secundarizada como um braço qualquer da universidade. O argumento central, aqui, é de que os princípios extensionistas, que promovem as conexões entre os distintos saberes do mundo, sejam o ponto de partida para a produção de todo conhecimento científico.

Ao final da leitura de "Universidade Cindida, Universidade em Conexão", estamos diante do que poderíamos compreender como uma resistência decolonial que se dá a partir de trajetórias híbridas forjadas pelo poder moderno/colonial. Ora, a obra nos convoca ao debate das ações afirmativas assim como Anzaldúa nos convoca a compreender o lugar da Mestiza (ANZALDUA, 2005). Vejamos: todos os ensaios defendem, em última instância, a importância radical de se inspirar em propostas de conhecimentos que levem em consideração o potencial subversivo que é produzido a partir de lugares sociais e epistêmicos, historicamente, produzidos como os outros da modernidade/colonialidade. Desse local tenso e paradoxal, as ações afirmativas podem e devem ser mais do que reações diretas aos poderes elitistas, patriarcais e brancocentrados.

Dito de outro modo, os ensaios nos convidam a pensar em um movimento epistêmico-político que não fique refém de lógicas binárias que alocam experiências e identidades como elementos dicotômicos e universais. Urge, portanto, a construção de uma nova consciência humana que se implique em desalojar, incansavelmente, o colonizador do nosso corpo-episteme que, ao mesmo tempo, é, também, colonizado. "A mestiza, como sujeita da resistência, duvida da possibilidade de sustentar conceitos e ideias dentro de limites rígidos; mantendo-se, por outro lado, flexível, movendo-se para fora das formações dicotômicas e cristalizadas da modernidade, tendo um prazer pelo contraditório" (Lino, Castro & Mayorga, 2020, p. 223). Isto é, deslizando entre as cisões e as conexões, é preciso reinventar a universidade e a própria sociedade.

No contexto atual bolsonarista em que a seguridade social, as políticas públicas, o discurso científico e as práticas comunitárias têm sido tão rechaçadas por posições autoritárias, conservadoras e neoliberais, é preciso reivindicar a universidade em sua radicalidade. É preciso lembrar que o *universo* presente no nome universidade deve poder se inspirar em saberes e práticas populares, faveladas, negras, feministas e LGBTQIA+ como modo de construir um mundo mais diverso. A pluridiversidade, nesse sentido, para além do projeto moderno científico-político, precisa ser o fio condutor do desejo de estar nesse mundo tão epistemicamente diverso. Um mundo que "produz novas redefinições para velhos conceitos e cria novos conceitos plurais com "muitos

decidindo por muitos" (pluri-verso), em lugar de "um definir pelos outros" (uni-verso)" (GROSFOGUEL, 2016, p. 46).

É preciso reiterar a ideia da potência que há nas ações afirmativas para que elas não caiam nas armadilhas que alocam experiências, historicamente, subalternas, apenas em locais de exploração e violência. É preciso remorar e se inspirar em trajetórias de resistências individuais, coletivas e políticas que colocaram em xeque o projeto moderno/colonial de universidade-sociedade. E "Universidade Cindida, Universidade em Conexão" colabora nessa direção.

Retomando o Prefácio de Rosemberg, precisamos apontar alguns dilemas que já se anunciavam àquela época, mas que hoje ficam mais evidentes. Em tempos de reavaliação da política de cotas, é preciso que tenhamos coragem de assumir os dilemas em torno da autodeclaração racial e das fraudes das populações não negras. O Mito da Democracia Racial permanece assombrando as ideologias médias. É preciso, também, estar atenta às armadilhas do critério racial fenotípico como critério único para as políticas afirmativas para que não caiamos em um "tribunal racial" como outrora aconteceu em tempos de racismo científico. Sendo assim, é preciso reiterar o compromisso da ação afirmativa com a fortificação de trajetórias forçadas na desigualdade colonial; não para que essencializemos os sujeitos que foram produzidos nesse local. Devemos, por outro lado, olhar para essas experiências da diferença, justamente, para compreender como a desigualdade se produziu para que possamos dismantelá-la. É necessário reforçar, como "Universidade Cindida, Universidade em Conexão" faz, o caráter psicossocial e psicopolítico dos marcadores sociais; para que não os tomemos como reais, mas como produção ideológica que se apresenta sobre os corpos subalternizados.

Nessa direção, há um mérito em se garantir vagas para corpos e experiências, historicamente, desiguais em espaços de poder. Mas, a ação afirmativa, como a obra em questão afirma, está para além das vagas. É preciso tomar a reserva das vagas como um dispositivo político transformador não de trajetórias individuais, mas, sobretudo, da própria ideia de mundo. Ideia essa que é sempre disputada pela universidade pública. O que requer, inevitavelmente, um caminho epistemológico, teórico-conceitual, metodológico e ético que visibilize processos de violência, mas que recorra, também a toda a política de resistência que grupos subalternizados produziram no mundo.

Que possamos nos inspirar pela força dos ensaios dessa obra para que, nesse momento, avancemos sobre antigas e novas encruzilhadas produzidas na cisão/conexão da/na universidade pública brasileira.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciencia. *Revista estudios feministas*, v. 13, p. 704-719, 2005.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 25-49, 2016.

LINO, Tayane Rogeria; CASTRO, Ricardo Dias; MAYORGA, Claudia. Desobediências epistêmicas: propostas feministas e antirracistas em direção a um projeto de ciência e sociedade decolonial. *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS*, v. 2, n. 24, p. 209-226, 2020.

RICARDO DIAS DE CASTRO

Doutorando e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor da Faculdade Estácio BH, membro do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (UFMG).

E-mail: ricardodiascastro@gmail.com